

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA DA SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE CURITIBA/PR**

AUTOS Nº 5030176-78.2017.4.04.7000

ALDEMIR BENDINE, já qualificado nos autos epigrafados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a juntada da correspondência eletrônica anexa, a qual impõe a adoção de providências urgentes por parte deste d. Juízo.

Trata-se de e-mail recebido no final do dia de ontem por AMANDA BENDINE, filha do Peticionário, na qual pessoa que se faz passar por ALDEMIR BENDINE, hoje custodiado na carceragem da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, solicita a realização de depósito na ordem de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), na conta de terceiro desconhecido para suposto pagamento de decisão em *habeas corpus* a ser impetrado perante o e. STF.

Tal situação, em razão de sua absoluta gravidade – chega a beirar o absurdo – demanda a adoção de providências imediatas por parte deste d. Juízo para apuração das devidas responsabilidades.

Afinal, evidentemente, pessoa mal intencionada, em posse das informações divulgadas pela mídia – tais como o nome dos familiares do Peticionário e destes defensores – está se fazendo passar por ALDEMIR BENDINE, seja para obter vantagens indevidas em prejuízo de seus familiares – que de forma desavisada poderiam ter realizado o depósito – seja para agravar sua situação nesses

autos, já que, como é notório, Amanda Bendine também foi alvo de quebra de sigilo telemático, de forma a possibilitar a interceptação da mensagem eletrônica em questão pelas Autoridades responsáveis pela persecução.

Dessa forma, a fim de demonstrar a sua mais absoluta boa-fé e, novamente, reiterar seu propósito de cooperar plenamente com as apurações, requer seja dada imediata ciência do documento ora apresentado ao Ministério Público Federal e, ainda, seja determinada a instauração de inquérito policial para apurar a autoria do referido e-mail.

Nesse contexto, sugere-se, desde já, a quebra do sigilo do endereço eletrônico utilizado pelos criminosos e, ainda, a quebra de sigilo bancário da conta corrente indicada para depósito, a fim de que possa ser identificada a sua titularidade.

Nesses termos,

Pedem deferimento.

De São Paulo para Curitiba,

Em 4 de agosto de 2017.

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI

OAB/SP Nº. 163.657

CLÁUDIA VARA SAN JUAN ARAUJO

OAB/SP 298.126